

Europeus esperam um acordo

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — Os bancos europeus continuam interessados em prosseguir as negociações para o reescalonamento da dívida externa brasileira, mesmo reconhecendo a existência de dificuldades suplementares nos últimos tempos. Dessa forma, não são fundamentadas as informações segundo as quais os banqueiros europeus estariam dispostos a se retirar do comitê de bancos, onde estão representados pelo banco francês **Credit Lyonnais**.

Representantes de diversos bancos franceses envolvidos com a dívida brasileira, tais como **BNP, Societe Generale, Paribas**, e mesmo áreas próximas ao Clube de Paris, desconheciam completamente qualquer informação sobre a ruptura européia que teria sido provocada pela falta de cumprimento, pelo governo brasileiro, de seus compromissos, os juros relativos a janeiro e que fazem parte,

do acordo provisório assinado em dezembro. Dessa forma, quando o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, estiver em Nova York, no final da semana, vai continuar mantendo contatos também com os bancos europeus, através do correspondente no comitê de bancos, o **Credit Lyonnais**. Os banqueiros ouvidos ontem em Paris não acreditam também que seja outra a posição dos bancos japoneses e canadenses.

Esses mesmos banqueiros reafirmam o que já vêm dizendo há algum tempo, não acreditando numa negociação global ou plurianual com o Brasil, antes de uma definição político-institucional, isto é, a promulgação da Constituição e a definição da forma de regime, parlamentarismo ou presidencialismo, além da própria duração do mandato do atual presidente da República. Por enquanto, prevalecerão acordos provisórios como o de dezembro, ou de médio prazo, mas nunca uma negociação mais abrangente como a do México. Isso

apesar da nova orientação do governo brasileiro, que abandona uma certa resistência anterior, aproximando-se mais do FMI, admitindo, inclusive, após a ascensão do novo ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, um acordo simultâneo com os bancos e com o Fundo, isto é a volta a uma política mais ortodoxa, do tipo da praticada pelo governo João Figueiredo e por seu ministro do Planejamento, Delfim Netto.

No caso do México, onde prevalece um sistema de partido único, o problema político não apresenta as mesmas dificuldades brasileiras, pois se conhece, com grande antecipação, o próprio nome do futuro presidente da República. Esse não é o caso do Brasil, atualmente envolvido numa luta parlamentar importante para definir não só a duração do mandato do atual e futuro chefe de Estado, mas o próprio regime que vai prevalecer após a aprovação da nova Constituição.